ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
UNIÃO E TRABALHO!

LINHA DIRETA

#10 | Ano XXVIII | Março 2021

Vitória dos Fiscos: Deputados mantêm recursos do Fundaf

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (10/3), o Destaque Supressivo nº 4, apresentado pelo PDT, que altera o texto-base da PEC Emergencial (PEC 186/3) para manter os recursos destinados às atividades da Receita Federal do Brasil.

No texto original, a proposta pretendia alterar o inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal, excluindo a regra constitucional que permite a vinculação de receitas de impostos para a realização de atividades das Administrações Tributárias, colocando em risco a arrecadação e, por consequência, os orçamentos dos entes federados. Um dos setores que seria afetado era o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), que garante recursos para financiar ações da RFB em benefício da sociedade.

A retirada dessa mudança no texto da PEC Emergencial foi possível pois a base governista não conseguiu os 308 votos necessários para manter o texto original, tendo

recebido apoio de 302 deputados. No painel de votação, outros 178 votos foram a favor da manutenção dos recursos para a Receita Federal.

Essa é uma importante vitória que exigiu um esforço intenso, articulado por todas as entidades representativas dos fiscos federal, estadual, municipal e distrital – ANFIP, Fenafisco, Sindifisco, Unafisco, Fenafim, Febrafite, Febrafisco, Anafisco e Sindireceita.

A ANFIP também agradece a todos, associados ou não, que se juntaram à mobilização e pressionaram os parlamentares para que votassem em favor da Administração Tributária e da RFB.

ANFIP realiza trabalho intenso para salvar autonomia da RFB

A aprovação do Destaque Supressivo nº 4, mantendo os recursos destinados às atividades das Administrações Tributárias, contou com um intenso trabalho de atuação da ANFIP.

O Fundaf é extremamente relevante para o país, pois permitiu diversas inovações ao longo dos últimos anos, como o pioneirismo na declaração do Imposto de Renda de pessoas físicas pela internet, o sistema informatizado de controle aduaneiro, a nota fiscal eletrônica e o Sistema Público de Escrituração Digital, que são referências internacionais.

A aprovação foi possível também devido à articulação estratégica implementada pelos integrantes do Conselho Executivo em diversas frentes. Atuou junto a entidades representativas dos fiscos federal, estadual, municipal e distrital. Foi realizado contato com lideranças da Câmara dos Deputados e enviado dossiê completo explicitando a gravidade dos resultados da proposta para a Receita Federal. Também foram realizados pedidos incisivos de ação dos parlamentares em prol da causa, além do posicionamento do secretário Especial da RFB, José Barroso Tostes Neto.

Nos últimos dias ocorreram ainda diversos encontros com as entidades integrantes do Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) para tratar do tema. A ANFIP promoveu ainda uma reunião emergencial com o analista político Antônio Augusto Queiroz para esclarecer e traçar estratégias. Entre elas, disponibilizou uma plataforma na qual as pessoas poderiam enviar mensagens diretamente para os deputados solicitando a aprovação do destaque. Atenta ao movimento do mercado, a Entidade também divulgou, em programação de tv aberta, uma campanha publicitária para conscientizar toda a sociedade sobre a importância da autonomia da RFB.

Todo esse trabalho consistente de articulação para reverter a situação culminou na manutenção do Fundaf. A ANFIP reitera que segue atuando ativamente em defesa dos interesses dos Auditores Fiscais e de toda a sociedade, apesar da situação complexa causada pela pandemia, que dificulta o acesso aos parlamentares e discussões na Câmara. O controle de gastos não pode impedir a realização de políticas públicas e engessar a atividade do Estado.

ANFIP atua em diversas frentes em prol da RFB
PÁGINA 2

ANFIP promove live em homenagem às mulheres
PÁGINA 4

Divulgado resultado do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias
PÁGINA 7

Campanha da ANFIP em TV defende autonomia da RFB

Com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre o papel dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e da importância da autonomia financeira da RFB, a ANFIP divulgou, na terça-feira (9/3), uma campanha em canal aberto de TV. O vídeo foi exibido no intervalo do Bom Dia Brasil, da Rede Globo.

Além de destacar as funções exclusivas da carreira, a campanha alertou para os benefícios trazidos aos cidadãos e para o país através do trabalho dos servidores da RFB.

Assista ao vídeo AQUI.

PEC 186 – ANFIP comenta a preservação do Fundaf

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou da live "600 sem desmonte", promovida pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, na quarta-feira (10/3), para acompanhar a votação da PEC 186/19. A transmissão contou com a participação de diversos parlamentares e entidades sindicais e associativas.

Em sua contribuição com o debate, Décio Lopes comentou a importância da aprovação do Destaque Supressivo nº 4, apresentado pelo PDT, para manter os recursos destinados às Administrações Tributárias.

A proposta anterior pretendia alterar o inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal, excluindo a regra constitucional que permite a vinculação de receitas. Na União, prejudicaria o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), que garante recursos para financiar ações, entre outras, de fiscalização tributária, arrecadação e modernização da Receita Federal.

Segundo Décio Lopes, a proposta de desvinculação dos fundos foi um equívoco trazido pela PEC Emergencial, que pretendia retirar as Administrações Tributárias e incluir outros fundos. "Se é para reduzir despesas, como vai diminuir incluindo outros fundos? Nesse momento, tudo que se precisa é de recursos para satisfação das políticas públicas", pontou.

O presidente afirmou ainda que aprovar a medida como foi apresentada inicialmente seria um enfraquecimento das atividades da RFB, que, consequentemente, enfraqueceria e esvaziaria os cofres públicos e a atividade do Estado, prejudicando a possibilidade de melhoria na prestação de serviços públicos. Com isso, ao invés de realizar um ajuste fiscal, na verdade, faria o congelamento das atividades estatais e da realização de políticas públicas.

Confira AQUI a participação do presidente.

ANFIP e entidades do Fisco defendem recursos para Receita Federal

Associações, sindicatos e federações representativas do Fisco que integram o Pacto de Brasília reuniram-se, na segunda-feira (8/3), com o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara dos Deputados, para defender os recursos destinados à Administração Tributária.

Na oportunidade, as entidades apresentaram as consequências negativas para a Receita Federal ao alterar o inciso IV do artigo 167, excluindo a regra constitucional que permite a vinculação de receitas de impostos para a realização de atividades das Administrações Tributárias.

Pela ANFIP, participaram do encontro virtual o presidente Décio Bruno Lopes, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

A pauta foi tratada ainda com outros líderes partidários. No domingo, o vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social, Crésio Pereira de Freitas, encontrou o deputado federal Major Vitor Hugo (GO), líder do PSL. Na noite de segunda-feira (8/3), o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Romero, participou de videoconferência das entidades do Fórum Fisco com o deputado federal Alex Manente (SP), líder do Cidadania.

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
UNIÃO E TRABALHO!

www.instagram.com/anfipnacional www.facebook.com/anfip.nacional www.twitter.com/anfipnacional www.youtube.com/anfipoficial

Entidades do Fisco se mobilizam em defesa das atividades da RFB

As entidades que representam as carreiras do Fisco reuniram-se na quarta-feira (10/3), em formato virtual, com o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL/AM), para analisar a tramitação da proposta de Reforma Tributária e os destaques apresentados ao texto da PEC 186/19.

Pela ANFIP, participaram o presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. A reunião foi coordenada pelo ex-deputado federal e consultor do grupo, Luiz Carlos Hauly.

Sobre a PEC 110/19, que é uma das propostas em tramitação que apresenta mudanças no sistema tributário brasileiro, o deputado Marcelo Ramos diz ser simpático à matéria, diferentemente da PEC 45/19, que ele considera ser "uma aventura". "Eu e Lira [deputado Arthur Lira, presidente da Câmara] achamos que a PEC 110 atende mais a realidade brasileira", declarou.

No entanto, o parlamentar se colocou à disposição para apoiar as carreiras do Fisco em outras demandas que se fizerem necessárias. "Se eu puder ser interlocutor [de vocês] com o governo, me coloco à disposição", disse o deputado.

Ainda na reunião, os dirigentes avaliaram a PEC 186/19. Num esforço conjunto, as entidades promoveram, durante todo o dia, uma intensa mobilização a fim de contatar os parlamentares e sensibilizá-los a votarem a favor do Destaque nº 4, apresentado pelo PDT.

Frente Parlamentar se mobiliza contra desmonte dos serviços públicos

As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, dentre elas a ANFIP, realizaram uma videoconferência, na segunda-feira (8/3), para analisar a atual conjuntura política e a atuação conjunta em defesa do funcionalismo e dos serviços públicos.

Pela ANFIP, participaram o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. A reunião também contou com a presença do deputado federal Paulo Ramos (PDT/RJ).

Na ocasião, o consultor político Vladimir Nepomuceno apresentou um panorama dos trabalhos no Congresso, tendo em vista a tramitação da PEC 186 (Emergencial), e a instalação das Comissões Permanentes na Câmara dos Deputados.

Para a ANFIP, este é um momento que exige união e engajamento de todos, mesmo que a maioria das ações estejam sendo realizadas virtualmente, devido à pandemia de Covid-19. A Associação segue articulada com as diversas categorias no enfrentamento aos ataques aos servidores públicos, em defesa do serviço público de qualidade e universal, e contra as mudanças propostas pelo governo na Reforma Administrativa.

Comissão ANFIP do Futuro se reúne com consultora atuarial

A Comissão ANFIP do Futuro se reuniu, na terça-feira (9/3), com a consultora atuarial Miki Massui, para apresentar as demandas do projeto piloto de unificação das inscrições e das mensalidades da Entidade. O encontro foi coordenado pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller.

A contratação da profissional tem como objetivo viabilizar a verificação de todos os possíveis resultados da implantação do projeto, embasando futuras decisões da ANFIP. Na ocasião, foi deliberado que a Comissão reunirá todos os dados necessários da Entidade e das Estaduais e encaminhará para que a consultora inicie a análise.

Também estiveram presentes na reunião os vice-presidentes João Alves Moreira (Administração, Cadastro e Tecnologia da Informação), Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais) e Carlos Alberto de Souza (Planejamento e Controle Orçamentário), os presidentes das Estaduais Carlos José de Castro (GO), Genésio Denardi (SP) e Leila Signorelli (RJ), além do vice-presidente Floriano José Martins (SC), e da associada Ercília Leitão Bernardo (CE).

“A Receita Federal vai parar”, afirma presidente em reunião emergencial do Conselho Executivo

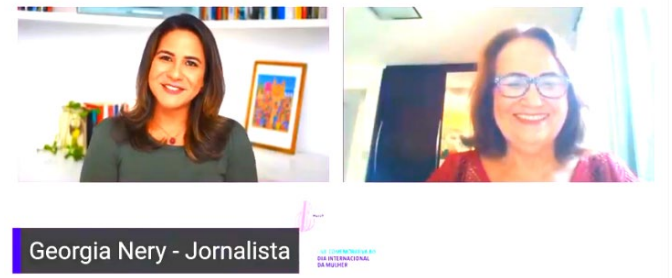
Na noite do último dia 5/3, a ANFIP traçou estratégias contra o desmonte do serviço público trazido pelo texto substitutivo à PEC 186/19. Com o objetivo de discutir os efeitos do projeto e desenvolver ações de defesa, o Conselho Executivo da Entidade reuniu-se com o analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz (Toninho), também consultor parlamentar da ANFIP.

O especialista apresentou uma análise ampla e didática sobre o cenário de criação da PEC 186/19 e o histórico de evolução da matéria desde a elaboração do Plano Mais Brasil, que além da referida proposta também inclui as PECs 187/19 (Fundos Públicos) e 188/19 (Pacto Federativo), até a sua aprovação no Senado Federal.

Para Antônio Queiroz, a proposta é um aprofundamento de outras reformas e ações já realizadas que ampliam a desigualdade e pobreza no Brasil, como: a Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos), que congelou, em termos reais, o orçamento público por 20 anos; a Reforma Trabalhista, que criou novas modalidades precárias de contratação de trabalho; a terceirização generalizada, que também precariza as relações e condições de trabalho, além de reduzir o salário; e a Reforma da Previdência, que modificou os fundamentos da concessão do benefício em 3 dimensões e todos em prejuízo do segurado: aumento da idade, aumento do tempo de contribuição e redução do benefício.

No contexto exposto pelo assessor, os efeitos da matéria elaborada sob a lógica do ajuste fiscal, para os servidores públicos, bem como para a sociedade, são drásticos, pois ela institui um conjunto de medidas que terão como consequência o desmonte do Estado de Proteção Social, a desorganização administrativa e a fragilização do serviço público.

ANFIP promove Live em homenagem às mulheres



Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a ANFIP promoveu, na segunda-feira (8/3), uma Live Especial para todas as associadas, ativas, aposentadas e pensionistas, que diariamente são exemplos de força, determinação e resiliência para toda a sociedade. O evento virtual foi um verdadeiro sucesso, tanto pela rica programação cultural quanto pela participação de mulheres que fazem ou fizeram parte da história do nosso país, e de parlamentares femininas, que lutam em defesa das mulheres.

Realizando a abertura da Live, a vice-presidente de Relações Públicas da ANFIP, Maria Aparecida Fernandes Paes Leme, afirmou que a Entidade planejou carinhosamente cada parte do evento. “É um dia para homenagear as mães, origem de nossas vidas; as esposas; as mulheres do mercado de trabalho; todas as mulheres. Ao longo de 25 anos como Auditora Fiscal, acompanhei o crescimento da participação feminina nas atividades tributária e associativa. Para nós da ANFIP, é de suma importância homenagear estas mulheres”, completou.

Entre as convidadas, estiveram presentes Adriana Rêgo, presidente do CARF; Raquel Dodge, subprocuradora-geral da República; Cláudia Costin, professora da FGV e gestora pública; Gláucia Morelli, presidente da Confederação das Mulheres do Brasil; Maria da Penha Maia Fernandes, fundadora do Instituto Maria da Penha; e Judith Izabel Ize Vaz, Auditora Fiscal aposentada e ex-presidente do INSS.

Além dos depoimentos enviados pelas deputadas Tábata Amaral (PDT-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Joênia Wapichana (REDE-RR), e pela senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP); a ANFIP fez questão de homenagear as mulheres que fazem parte da Entidade desde o início de sua trajetória, como é o caso de Tereza Liduína Santiago Félix, vice-presidente de Aposentadorias e Pensões; Assunta Di Déa Bergamasco, primeira presidente da ANFIP e atual coordenadora do Conselho Fiscal; e Margarida Lopes de Araújo, ex-presidente da ANFIP e atual presidente da Fundação ANFIP.

Durante a live, apresentada pela jornalista Georgia Nery, foram sorteados 5 vale-compras no valor de R$ 1.000 cada, 2 smartphones, 2 smart TVs e 2 notebooks; levando os prêmios as(os) colegas:

723 – Mizue Hasunuma (SP)
483 – Maria Luci de Araújo Sousa (PB)
417 – Forivalda Alves Almeida (MA)
425 – Maria das Graças da Silva Veloso (MG)
142 – Emílio Sérgio da Prata (MG)
659 – Rosana Ribeiro Mazenon (RS)
265 – Rose Ane Augusto Marino (SP)
193 – Wanda Vicentini de Oliveira (SP)
646 – Carla Denise Faria (SC)
107 – Maria Eugênia Maioli (MT)
94 – Anderson Lacerda Martins (MG).

Aqueles que não puderam assistir à transmissão ao vivo, a gravação pode ser acessada AQUI.

Live Série ANFIP: Especialistas debatem políticas públicas

A ANFIP promoveu mais uma Live, na quarta-feira (10/3), sobre pautas atuais de interesse público que afetam tanto os servidores quanto a população que deveria receber, por parte do Estado, a garantia de serviços básicos de qualidade. Em debate, o tema "Políticas Públicas" trouxe polêmica ao envolver as consequências da aprovação da PEC Emergencial (186/19), votada em primeiro turno na madrugada de terça-feira (9/3).

Participaram do evento os painelistas José Celso Pereira Cardoso Júnior, presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea); Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida; Marcus Peixoto, presidente da Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal (Alesfe) e consultor do Senado Federal; e Valdir Moysés Simão, Auditor Fiscal da RFB, ex-presidente do INSS e ex-ministro de Planejamento e da CGU. Décio Bruno Lopes, presidente da ANFIP, e Márcio Humberto Gheller, vice-presidente Executivo, também estiveram presentes.

Ao abrir o debate, Márcio Gheller explicou que políticas públicas são um conjunto de ações, programas e decisões tomadas pelos governos nacionais estaduais e municipais que visam assegurar determinado direito de cidadania para diversos grupos da sociedade. "Nosso país exige uma série de serviços públicos para funcionar normalmente, como: saúde, segurança social, empregabilidade, mobilidade urbana, educação, entre outros", destacou.

Marcus Peixoto criticou a ausência de dados oficiais e estatísticos que auxiliem na tomada de decisão das políticas públicas por parte do Parlamento. E frisou: "Políticas públicas tem que ser baseadas em evidências científicas. É isso que a sociedade vem cobrando em relação, inclusive, à pandemia".

Peixoto ainda chamou atenção para a existência da PEC 26/17, que acrescenta o artigo 75-A à Constituição, para dispor da criação de um sistema de avaliação de políticas públicas, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento da gestão pública. Porém, a matéria está em tramitação no Senado Federal há quatro anos. Para o consultor, o projeto é mais importante que a PEC da Reforma Administrativa (32/20).

José Celso, em sua exposição, deixou claro que, assim como a maioria dos servidores públicos, é a favor da aprovação do auxílio monetário emergencial para a população vulnerável que está sofrendo de modo mais grave as consequências da pandemia e do colapso econômico que o país enfrenta, "induzido em grande medida pelas políticas nefastas do atual governo", completou. No entanto, afirmou que a PEC Emergencial só abrange este aspecto específico como, de fato, emergencial.

"Todo o pacote de chantagens que foi embutida e aprovada na PEC 186, na verdade, vai implicar no desmonte das políticas públicas e no colapso da prestação de serviços de Saúde, de Educação, de Segurança Pública; e, sobretudo, os mais afetados serão justamente os mais vulneráveis da sociedade brasileira, infelizmente", argumentou.

Segundo Valdir Moysés Simão, é necessário considerar que, do ponto de vista da evolução da sociedade, os objetivos da Constituição de 1988 estão longe de serem alcançados. Entre eles, estão o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. "O governo utiliza o argumento de que a conta ficou muito alta e impagável e, portanto, a sociedade não teria como arcar com os custos disso. O que em certa medida está correto. Mas, não podemos criminalizar o gasto público como fizemos nos últimos anos, o que é ruim, na verdade, é o malgasto que não se reverte em políticas públicas", explicou.

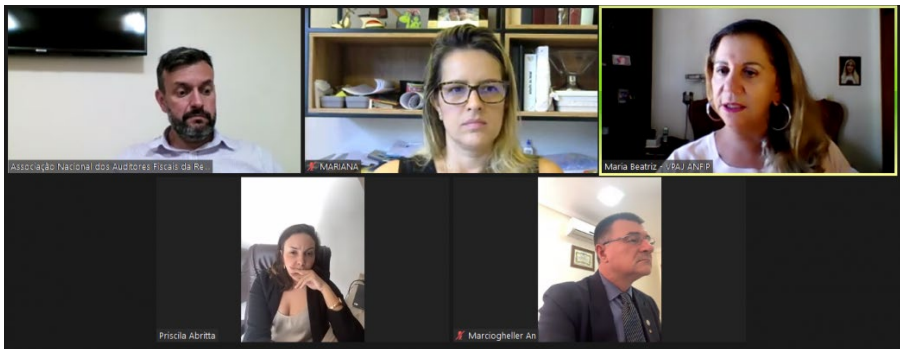
Maria Lúcia Fatorelli frisou a importância do tema, explicou a dinâmica da Dívida Pública e questionou o atual posicionamento do Brasil no ranking mundial, indicando a grave regressão do desenvolvimento e a precariedade da atual gestão brasileira. Segundo ela, a acentuada queda do país se deu antes mesmo da pandemia, devido, justamente, à implementação inadequada de políticas públicas. "O Brasil está regredindo, vergonhosamente. Tudo isso é reflexo da Emenda Constitucional 95, e se agravará com a PEC 186", destacou.

Ao se pronunciar, a coordenadora fez questão de citar, ainda, a Reforma Tributária Solidária, elaborada pela parceria entre ANFIP e Fenafisco, salientando que projetos como este são indispensáveis para alcançar um país mais justo e solidário; bem como debates proporcionados pela Série ANFIP.

Encerrando a live, Décio Lopes criticou as reformas propostas pelo governo federal, alegando que dificultam ou limitam o acesso aos direitos sociais que levam dignidade à sociedade. "Não se faz políticas públicas se não houver um serviço público capaz de desenvolvê-las e de executá-las. Defender o Estado Brasileiro é defender o cidadão. É preciso planejamento, organização, direção e controle, para que haja a efetividade de políticas públicas, aliados aos princípios da Administração Pública, da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Eficiência. Neste sentido, nossos debates não são apenas corporativos; são debates que levam informação ao cidadão brasileiro", pontuou.

Com mediação de Sérgio Lerrer, a transmissão ao vivo se deu no canal oficial da ANFIP no YouTube e pode ser assistida

ANFIP se reúne com escritório para discutir andamento de processos



Os vice-presidentes da ANFIP Márcio Humberto Gheller (Executivo) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), juntamente com o advogado Rodrigo Cartafina, reuniram-se, na terça-feira (9/3), com as integrantes do escritório Mota Advogados & Associados Mariana Velho e Priscila Abritta para atualizar todos os detalhes dos processos em curso no escritório.

Sobre o processo dos 28,86%, a advogada Priscila Abritta fez um panorama geral das execuções. Ela explicou que, em reunião com o atual titular da 5ª Vara Federal, juiz federal Cristiano Miranda, ficou esclarecido que uma das principais questões que seguem dificultando o andamento dos processos é a falta de pessoal, o que ocasiona na demora das expedições dos precatórios. "No processo da ANFIP especificamente, as ações desmembradas são muito trabalhosas, pois tem execuções em vários estágios. Algumas já tiveram sentença, outras estão em discussão de cálculo, outras transitaram em julgado, outras já tiveram precatório incontroverso, e tudo isso envolve análise dos servidores da Vara", informou.

Outro ponto destacado pelas advogadas foram os processos que já transitaram em julgado, mas não foram encaminhados para a Contadoria. Nesses casos específicos, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está entrando com Exceção de Pré-Executividade para tratar da limitação territorial da coisa julgada. "Isso faz a gente perder muito tempo e atrasa o andamento dos processos, porque tem que intimar a ANFIP para se manifestar. Porém, o juiz Cristiano Miranda está rejeitando as alegações do INSS", declarou Priscila Abritta, que informou ainda que o número de processos que transitaram em julgado aumentou de 30 para cerca de 45, pois vários transitaram em julgado em 2020.

O escritório recebeu intimação para que a ANFIP apresente cálculos dos processos. Segundo a advogada, isso atrasaria ainda mais o processo, pois o INSS apresentaria impugnação e o juiz acabaria tendo que remeter para a Contadoria Judicial. Assim, o escritório solicitou ao juiz que os processos sejam encaminhados primeiro para a Contadoria e, posteriormente, para manifestação das partes. "A gente precisa, na realidade, ter os cálculos da Contadoria prontos, pois estando com eles, já podem ser homologados por mais que sejam com bloqueio", destacou Mariana Velho.

Em relação às execuções dos 3,17%, os processos continuam normalmente para aqueles que não possuem outra ação. Para aqueles que fazem parte da execução do MS 4151, o escritório está aguardando a proposta de acordo com os cálculos por parte da Advocacia-Geral da União. Ao receber os cálculos da AGU, os processos serão submetidos para os exequentes e, aqueles que autorizarem, terão que desistir da execução da ANFIP, já que a União só aceita fazer acordo para quem formalizar a desistência nas outras ações com o mesmo objeto, independentemente do período executado.

A ANFIP reitera o compromisso de buscar sempre alternativas para defesa dos interesses de seus associados e em breve divulgará novas informações relativas aos processos.

ANFIP e Sindifisco realizam reunião conjunta para discutir ADI do voto de qualidade do CARF

A ANFIP e o Sindifisco Nacional realizaram, na segunda-feira (8/3), reunião conjunta com os escritórios que representam as entidades nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que discutem o fim do voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A ANFIP ajuizou a ADI nº 6415, por meio do advogado Heleno Teixeira, e o Sindifisco Nacional foi admitido como *amicus curiae* na ADI nº 6403, ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo como advogado o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp.

As entidades e advogados definiram o próximo passo a ser dado na condução dos processos e definiram que, em breve, farão um pedido conjunto de audiência com o ministro Marco Aurélio Mello, relator da ADI.

A ANFIP foi representada na reunião pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, pela vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e pelo advogado do Setor Jurídico, Rodrigo Cartafina.

Comissão Organizadora divulga resultado do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias

É com grande satisfação que a ANFIP divulga a relação dos ganhadores do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias dos Auditores Fiscais em Quarentena. Conforme definido no regulamento, a premiação será concedida aos três primeiros colocados, são eles:

• 1º - Walter de Carvalho Parente - Distopia (Conto)

• 2º - Paulo Marcelo Soares da Silva - Folhas de Outono (Conto)

• 3º - Manoel Lucena dos Santos - A história e o ladrão (Conto)

A Comissão Julgadora, formada por Álvaro Sólon de França (GO), Aniceto Martins (RJ), Dulce Wilennbring de Lima (RS), Elias Alves Santos (PB) e Airton Claudino (AM), se dedicou à leitura atenta de todas as obras inscritas e, em várias reuniões conjuntas, elogiaram publicamente a qualidade, a sensibilidade e o conteúdo de alto valor cultural dos trabalhos apresentados.

Além dos três vencedores, a Comissão concedeu ainda sete menções honrosas, aos seguintes trabalhos:

• Walter de Carvalho Parente - Espinhos da alma / Conto ou história

• Walter de Carvalho Parente - O nascimento de Aristeu / Conto

• João Francisco de Paula Gomes - Vô Quicas e as histórias de Gaia / Conto ou história

• Ana Maria da Silva Costa - As Helenas / História

• José de Arimatéa R. Braz - Conviver / Conto

• Regina Ruth Rincon Caires - Mil e uma noites / Conto ou história

• Zaíra Ramos Benitez - Este lixo (não) é meu! / Conto

A Comissão Julgadora destaca ainda a belíssima obra A Libélula e o Pequeno Príncipe, escrito por Raimunda Gomes de Oliveira, que emocionou a todos os julgadores.

A ANFIP agradece a participação dos associados que, diante de tantas mudanças na rotina de vida, se dispuseram a produzir textos tão marcantes e cheios de histórias fantásticas. As premiações serão entregues em webinar marcado para o dia 29 de abril. Em breve serão divulgadas novas informações.

IRPF: saiba como e onde acessar o comprovante de rendimentos

O Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, disponibilizou a todos os servidores públicos federais aposentados, pensionistas e anistiados políticos o **Comprovante de Rendimentos ano-base 2020**.

Os contribuintes têm **até o dia 30 de abril de 2021** para efetuar o envio da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física à Receita Federal.

Pelo **Sigepe web** e via **aplicativo Sigepe Mobile**, é possível consultar, baixar, compartilhar e imprimir o documento.

Para quem tem **mais de um vínculo**, a emissão do comprovante pode ser realizada de maneira simplificada pela página do Sigepe na internet. Veja o passo a passo.

Mais informações também podem ser obtidas no FAQ do Portal do Servidor.

Em caso de impossibilidade pelo SigepeWeb e aplicativo Sigepe mobile, **você pode solicitar seu comprovante pelo** portal do Governo Federal (gov.br).

Clique AQUI e saiba como acessar!

Fonte: Ministério da Economia

ANFIP e Mosap debatem estratégias em defesa de aposentados e pensionistas

Na terça-feira (9/3), a vice-presidente de Aposentadorias e Pensões da ANFIP, Tereza Liduína Santiago Félix, reuniu-se com integrantes do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap) para debater estratégias em defesa da categoria diante das reformas em tramitação no Congresso Nacional.

Preocupados principalmente com a situação da PEC 186/19 (Emergencial), o grupo optou pela mobilização e divulgação de campanhas de conscientização nas redes sociais e pelo encaminhamento de ofícios aos parlamentares inclinados à luta. Tais medidas foram consenso devido à conjuntura sanitária do país, que impede a ação presencial das entidades e limita o acesso aos núcleos de discussão nas Casas.

A videoconferência foi coordenada pelo presidente do Instituto, Edison Haubert, que recomendou fortemente ao grupo que não deixassem de seguir as orientações de biossegurança preventivas à Covid-19, e alertou para o estado crítico que tem se agravado nos estados e municípios. O presidente da ANFIP-SP, Genésio Denardi, coordenador do Conselho de Representantes da ANFIP, também marcou presença no encontro virtual.

ANFIP adia prazo do edital de licitação para auditoria externa

O edital de licitação da ANFIP tem como objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente, para a realização de análises contábil, financeira, dos controles internos e emissão dos relatórios e de parecer conclusivo sobre as demonstrações financeiras da Entidade, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Considerando o Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, do GDF, que estabelece medidas temporárias de enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, faz-se necessário a prorrogação do edital, publicado em 2 de fevereiro de 2021.

Confira AQUI o documento com as condições de participação e informações sobre a documentação exigida. O prazo para apresentação das propostas, mediante entrega pessoal ou pelos Correios, vai até as 17 horas do dia 26 de março de 2021 (sexta-feira).

ESTADUAIS

Agafisp inicia plantão do imposto de renda; veja como agendar

A Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, como tem feito costumeiramente todos os anos, disponibiliza plantão de apoio ao preenchimento da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda Pessoa Física, cujo prazo de entrega vai até 30 de abril.

O vice-presidente José Amilton Vieira Freire orienta que os colegas associados interessados no apoio tenham em mãos os documentos mínimos para serem informados. São eles:

• Informes de rendimentos de instituições financeiras, inclusive corretora de valores;

• Informes de rendimentos de salários, pró-labore, distribuição de lucros, aposentadoria, pensão etc. Neste exercício, teremos dois informes: um fornecido pelo Ministério da Economia (período 01 a 08/2020) e outro expedido pelo DECIPEX-Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgão Extintos (período de 09 a 12/220);

• Informes de rendimentos de aluguéis de bens móveis e imóveis recebidos de pessoas jurídicas;

• Informações e documentos de outras rendas recebidas no ano, como pensão alimentícia, doações e herança;

• Informe de pagamentos às instituições de ensino e planos de saúde: GEAP, UNIMED.

Dos bens e direitos, são os seguintes documentos:

• Documentos que comprovem a compra e a venda de bens e direitos;

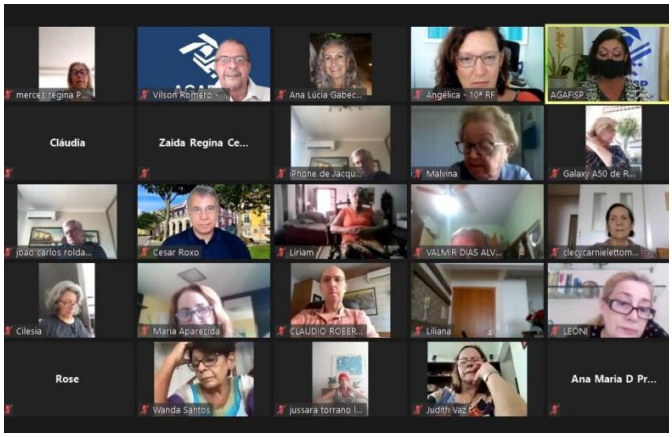
• Cópia da matrícula do imóvel e/ou escritura de compra e venda;

• Boleto do IPTU de 2020;

• Contratos sociais de empresas em que o contribuinte seja sócio.

O plantão poderá ser agendado através dos fones da AGAFISP: (51) 9 9218-6256 (Fone/WhatsApp) e (51) 3224-4355, ou nos e-mails: financeiro@agafisp.org.br e agafisp@agafisp.org.br.

Encontro virtual da Agafisp homenageia as mulheres no seu dia



A Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, reuniu, no dia 8 de março, mais de 60 associados na Live Comemorativa ao Dia Internacional da Mulher, transmitida pela plataforma Zoom Meetings para todo o estado e com presença de associados e convidados de fora do RS.

A Comissão Organizadora, coordenada pela Diretora Cultural e Social, Elisabete dos Santos Diniz, apresentou as homenageadas principais do dia, representando diversos segmentos das Auditoras Fiscais gaúchas.

Foram chamadas e entrevistadas pelos diretores da Agafisp as colegas Malvina Sibemberg, uma das pioneiras na carreira; Maria Angélica Flores Orth, representando a Superintendência da 10ª Região Fiscal; Maria Aparecida Fernandes Paes Leme, do RN, vice-presidente de Relações Públicas da ANFIP; Leoni Dalla Vecchia, em nome das auditoras em atividade; Judith Izabel Ize Vaz, ex-presidente do INSS; Rejane Marisa Bresolin, pela Delegacia Sindical de Porto Alegre, do Sindifisco Nacional; Terezinha dos Santos Wilges, primeira presidente da Agafisp; e Dulce Willenbring de Lima, ex-presidente e atual coordenadora do Conselho Deliberativo da entidade. Depoimentos relevantes e emocionantes que marcaram o evento, que encerrou com sambas de qualidade, interpretados pela cantora Haydée Guedes e seus músicos.

O encontro virtual também teve inúmeros sorteios, tendo sido contempladas Zaida Centeno, Teresa Venturini Cunha, Wanda Thomaz dos Santos e Cilésia Veiga com kits de presentes e espumantes. Nesta leva também foi sorteado o colega Walmir Dias Machado. Com diárias na baixa estação no apartamento da Agafisp em Gramado, foram premiadas as colegas Ana Lúcia Gabech Álvarez, Magda Sztelzer e Maria Brugnara. E a sortuda com o brinde maior, uma Smart TV LG 43 polegadas, foi a auditora Nelcir Peracchi.

Um encontro virtual que permitiu muitos reencontros, mesmo que a distância, e que deixou saudades.

ANFIP e MCCE preparam ações em defesa da Lei da Ficha Limpa

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) se reuniu, na quarta-feira (10/3), com a sua rede de entidades para analisar a conjuntura dos debates sobre as leis eleitorais que têm acontecido no Congresso Nacional. A ANFIP, que integra o movimento, esteve representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Durante o encontro, os diretores do MCCE apresentaram os trabalhos feitos pelo Movimento em relação aos temas que têm sido discutidos pelo Grupo de Trabalho da Reforma Eleitoral, na Câmara dos Deputados. A rede também prepara estratégias de comunicação para incentivar a maior participação dos brasileiros nesse processo e relembrar a sociedade como sua participação foi importante para a realização da Ficha Limpa.

Outra ação definida, em relação ao acompanhamento dos processos de revisão e alteração de leis eleitorais, é a ampla participação do MCCE nos debates promovidos pelo GT da Reforma Eleitoral, envolvendo as entidades que compõem o movimento e promovendo um diálogo aberto com os parlamentares e a sociedade civil.

Com informações do MCCE.

BENEFÍCIOS

Plano Unimed/ANFIP: Peça agora a sua adesão!

Ter plano de saúde é ter mais segurança e tranquilidade para a vida, especialmente neste momento de pandemia. Pensando nisso, a ANFIP e a Benevix, administradora do plano de saúde Unimed Vitória, a fim de oferecer mais vantagens aos associados, estenderam a campanha Carência ZERO para novas adesões. Isso mesmo! Agora você pode solicitar seu plano até dia 1° de abril.

São três opções de plano, com a vantagem de ainda contar com plano odontológico sem custo adicional. Estão disponíveis mensalidades a partir de R$ 244,64 (plano Premium Nacional), para a faixa etária de 0 a 18 anos, com acomodação enfermaria. Ressalta-se que a promoção tem apenas três exceções, nos casos de partos, internações e cirurgias.

Não perca tempo! Entre em contato com a central de vendas no telefone 0800 591 0534 ou no site da Benevix (AQUI) e solicite uma proposta. Confira AQUI todos os detalhes para adesão.

Confira os descontos do ANFIP tem +Vantagens para equipamentos de informática

A plataforma de benefícios da ANFIP está com um desconto especial para quem precisa adquirir um notebook de qualidade. São descontos de até R$ 450,00 na Dell e de 14% na Asus. E na Magalu, a área de informática oferece 6% de desconto. Corre que a promoção é válida somente até domingo (14/3). Confira em anfip.temvantagens.com.br.

Quer atendimento odontológico? Associados podem agendar consultas na Preodonto

A clínica Preodonto, conveniada da ANFIP que oferece atendimento em Brasília, conta com profissionais especializados nas áreas de estética, harmonização facial, dentística restauradora, periodontia, endodontia e odontopediatria. Mais do que transmitir alegria, um belo sorriso é sinônimo de uma vida saudável e muito mais feliz.

Na Preodonto, os associados contam com condições especiais de pagamento. Os telefones para agendamento são: (61) 3345-1042 ou 98401-4634 (WhatsApp). Confira este e outros convênios na plataforma de benefícios: anfip.temvantagens.com.br.

Canais de atendimento da Geap Saúde são normalizados no DF

A Geap Saúde informa aos seus usuários que foi retomado o funcionamento por 24 horas, todos os dias da semana, dos canais de atendimento da operadora: central de teleatendimento 0800 728 8300, whatsapp (61) 93300-7230, chat on-line pelo site e App Geap Saúde.

A suspensão, que durou de segunda-feira (8/3) a quarta-feira (10/3), ocorreu em atendimento ao Decreto nº 41.874, do GDF, que instituiu toque de recolher das 22h às 5h em todo o Distrito Federal.